

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO  
PAE URUBUQUARA – POLO ARANAÍ**

**Cachoeira do Ararí – Marajó – Pará  
Março-2015**

## **Dados Gerais**

Projeto  
**ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE**  
**Ano 2013 – Lote 19**

Realização  
**Instituto Peabiru**

Diretor  
**João Meirelles Filho**

Equipe Técnica e de campo  
**Thiara Fernandes**  
**Rosemiro Rodrigues**  
**Paula Vanessa Silva**  
**Ana Rachel Broni**  
**Ediana Tavares**  
**Elvesson Ferreira**  
**Gilberto Azevedo**  
**Gilberto Oliveira**  
**Elaine Gouvêa**  
**Anete Ribeiro**

Elaboração do documento  
**Paula Vanessa Silva**

Revisão  
**Thiara Fernandes**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA</b>	<b>4</b>
<b>3. RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>6</b>
<b>3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	<b>6</b>
<b>3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS</b>	<b>10</b>
<b>3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS</b>	<b>15</b>
<b>3.4. SITUAÇÕES OBSERVADAS</b>	<b>17</b>
<b>4. AVALIAÇÃO DA OFICINA</b>	<b>17</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>17</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados da construção do Plano de Desenvolvimento Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Urubuquara, polo Aranaí<sup>1</sup>, localizado no município de Cachoeira do Ararí – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

A chamada tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda constituiu-se na **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). A partir da análise das informações obtidas com DRP e de uma reunião com os assentados e assentadas, foi construído o **Plano Participativo** (2.1), o qual é estruturado da seguinte forma:

- Plano de organização social;
- Projeto de Desenvolvimento da Atividade Produtiva e/ou Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento;
- Plano de Comercialização;

Cada item do Plano Participativo visa definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, infraestrutura, gestão comunitária, organização social, recuperação, regularização e licenciamento do uso dos recursos naturais, realização de simulações de composição de atividades agroextrativistas e não agroextrativistas. Foi discutido de acordo com a metodologia descrita no item a seguir.

## 2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

---

<sup>1</sup> Devido à distâncias geográficas e o número de comunidades que compõem o PAE, este foi dividido em dois polos: Aranaí, composto pelas comunidades: Japuira, Furinho, Furo, Araraquara e Aranaí; Anuerá: Mata Fome, Furo Grande da Sé, Guajará, Fundão, Baixo Urubuquara, Alto Anuerá e Anuerá.

A realização do Plano Participativo seguiu as orientações básicas da Chamada Pública de ATER, a qual prevê uma oficina de três dias, 24h. Para cada dia de trabalho foi proposto que assentados discutissem, respectivamente, os seguintes temas: a) plano da organização social; b) projeto de desenvolvimento produtivo; e, por fim c) plano de comercialização.

Para contextualizar a discussão e construção dos planos, foi feita uma devolutória do DRP, identificando assim os gargalos da organização social, atividades produtivas e comercialização no PAE.

Para auxiliar na construção do Plano Participativo, a equipe de moderadores baseou-se na metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares, do *Projeto Agenda 21*, desenvolvido pelo Instituto Peabiru no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, na Vila dos Palmares, município de Moju – PA, na qual foram identificadas, a partir de um diagnóstico, as principais demandas da comunidade e assim, foi proposto encaminhamentos para cada demanda. Sendo assim, utilizamos as perguntas do quadro, direcionadas a cada problema identificadas no DRP, construindo assim encaminhamentos de curto, médio e longo prazo.

Problemas identificados	O que precisamos fazer para resolver?	O que podemos resolver agora?	O precisamos da ajuda de fora?	Responsável da comunidade?	Órgãos competentes?
-------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	----------------------------	---------------------

Durante a atividade fez-se uso da abordagem participativa, a qual é utilizada em diferentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Peabiru, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001).

Para desenvolver cada tema e construir os planos, a equipe de moderadores fez a socialização dos resultados do DRP e em seguida identificou os principais problemas relacionados à organização social, atividades produtivas e comercialização da produção, os quais são o foco desta atividade. Cada demanda/problema identificado foi anotado em folhas de papel 40kg e distribuídos entre os assentados, os quais foram divididos em grupos de 3 a 5 pessoas para discutir as questões específicas. O resultado da dinâmica foi socializado com os demais participantes da oficina e abriu-se

espaço para debater as proposições do grupo, o resultado final foi sistematizado nos quadros. Além disso, durante a atividade, alguns acordos e encaminhamentos já foram feitos, a fim de solucionar as demandas.

Para sistematização as informações, neste documento, utilizaremos o seguinte formato:

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado das dinâmicas de grupo realizadas com os assentados é apresentado a seguir em tópicos, de acordo com o proposto na chama pública para construção do Plano Participativo. Participaram da oficina 42 duas mulheres e dois homens, que somados representam aproximadamente 12% dos assentados.

#### 3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Em relação à Organização Social, os assentados discutiram a partir do quadro da Análise FOFA, construída durante o DRP (figura 01) e fizeram a correção de alguns pontos e seguida, foram destacados os gargalos a serem tratados no Plano Participativo.

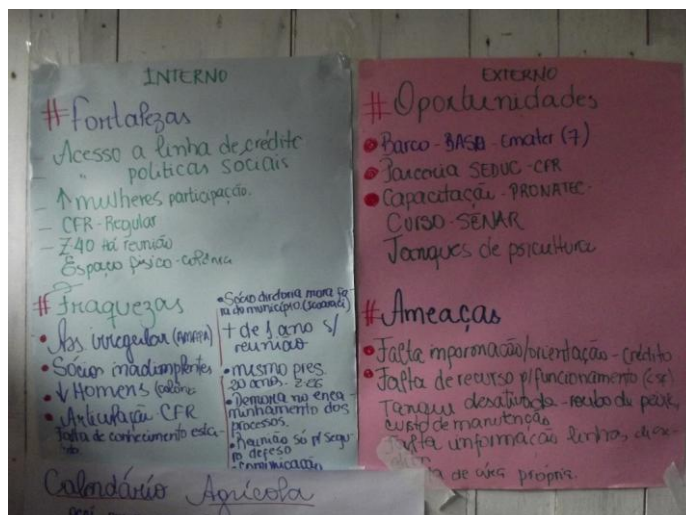


Figura 01: Cartaz construído a partir da ferramenta Análise FOFA.

Foram destacadas as quatro organizações sociais no PAE: 1) Colônia de Pescadores Z-26 e Z-40; 2) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Ararí; 3) Associação Casa Familiar Rural da Pesca e Associação dos Moradores; e 4) Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores Rio Aranaí (AMAPA). Foi destacado que a mais atuante é a Colônia de Pescadores, entretanto ambas, resumem suas ações a operacionalização do Seguro Defeso, sendo destacadas ainda, várias taxas pagas pelos associados, os quais não possuem clareza sobre a finalidade da mesma e se as cobranças são devidas, conforme destacado a seguir.

• **Z- 26:**

1) Na colônia Z-26, há o pagamento de R\$ 6,00 (seis Reais) de mensalidade e R\$ 36,00 (trinta e seis Reais) de Imposto Sindical (o valor exato difere por secretaria), sendo destacado que, caso não haja o pagamento das mesmas, os associados ficam impedidos de assinar o Requerimento de solicitação do Seguro Defeso;

2) A Z-26 tem as mesmas pessoas a frente da organização há mais de 20 anos, entretanto estes se revezam nos cargos de diretoria a cada eleição;

3) Os faturamentos da Colônia são depositados na conta pessoal do presidente da mesma<sup>2</sup>;

4) Associados que tentaram solicitar o pedido de Aposentadoria Especial (homens 60 anos e mulheres 55), não conseguiram pois a Colônia não comprovou o tempo de filiação na organização, como era exigido até antes da portaria nº 79 de 12/03/2014<sup>3</sup>, sendo necessário entrar com ação na justiça para comprovar o exercício de atividade.

**Z-40:**

1) Na Z-40 também tem a questão da Carta Sindical ou Imposto Sindical, que eles não sabem se é devido o pagamento. Porém, os membros não deixam de receber qualquer benefício caso não assinem ou não contribuam com a Carta (mas disseram que seria bom assinar para receber benefícios relativos à aposentadoria). Segundo os presentes, as taxas são as seguintes: INSS (R\$ 36,00), Carta Sindical – Imposto Sindical (R\$ 39,00 por ano) e mensalidade da colônia (R\$ 6,00 ao mês, menos no período do defeso) e licença da pesca (R\$ 10,00), comprovante de residência (R\$ 3,00);

---

<sup>2</sup> Informação levantada durante a reunião.

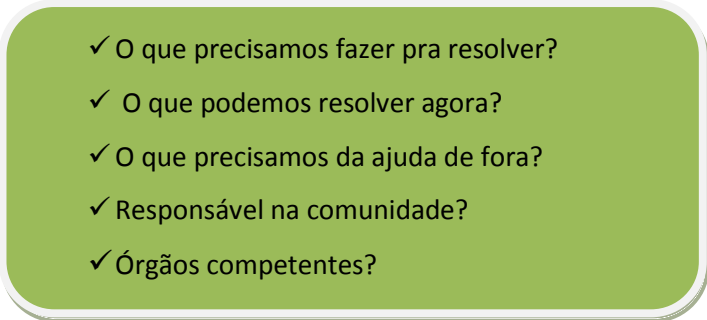
<sup>3</sup> Ver matérias publicadas em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/aprovada-a-aposentadoria-para-pescadores-artesanais> e <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/aprovada-a-aposentadoria-para-pescadores-artesanais>.

Além desses problemas específicos, foram identificados outros pelo grupo geral que compareceu à atividade: 1) As famílias do Aranaí não possuem representação social, pois a AMAPA está inativa e com o CPF bloqueado; 2) Falta de conhecimento sobre as linhas de crédito; 3) Famílias que foram cadastradas pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU), para Regularização Fundiária, ainda não tiveram acesso ao Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), fator que implica o acesso a políticas de crédito, como por exemplo, o Fomento Mulher, o qual a Política de Reforma Agrária.

Diante de todo o debate com o grupo geral, foram identificados 4 (quatro) grandes problemas:

- Cobrança de taxas;
- Colônia limitar a assinatura do Seguro Defeso se não pagar as referidas taxas;
- Mesma diretoria que há 20 anos (Z-26);
- Documento do SPU não recebido por algumas famílias.

Assim, foram divididos 4 (quatro) grupos, cada um responsável por elaborar soluções para um desses problemas específicos, respondendo as seguintes perguntas direcionadoras:

- 
- ✓ O que precisamos fazer pra resolver?
  - ✓ O que podemos resolver agora?
  - ✓ O que precisamos da ajuda de fora?
  - ✓ Responsável na comunidade?
  - ✓ Órgãos competentes?

Após a discussão em grupos, cada grupo fez uma breve apresentação e a discussão voltou para o grupo geral, quando foram elaborados os seguintes encaminhamentos:

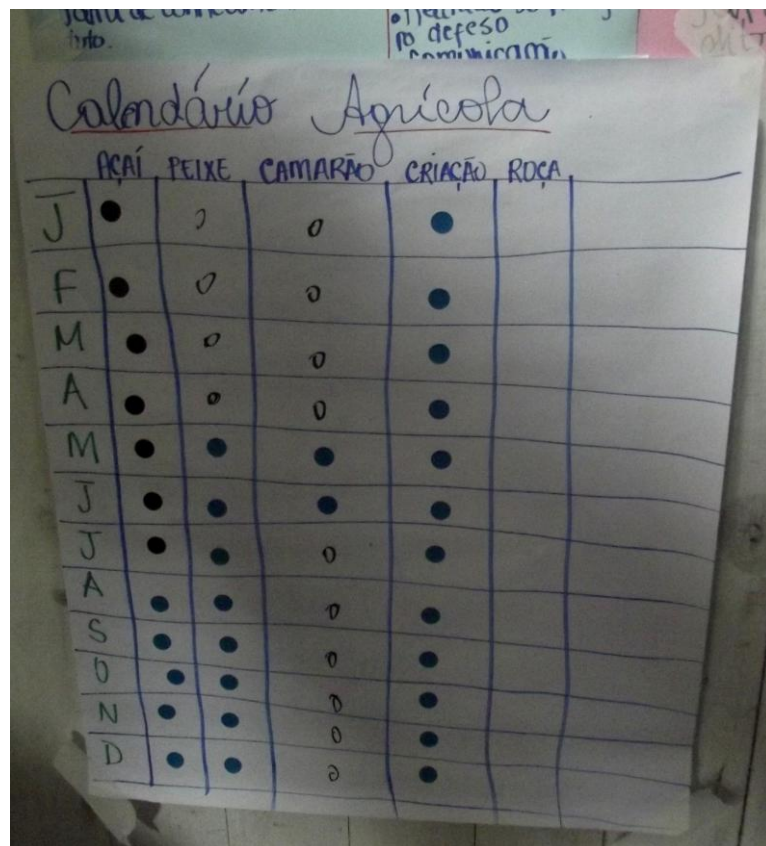


**Tabela 1:** Plano da Organização Social.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Cobrança de taxas das Colônias de pescadores.	Os associados pagam diferentes taxas às colônias de pescadores, sem ter informações claras sobre a finalidade das mesmas.	Levantamento das taxas cobradas, junto ao estatuto da organização, assim como à Colônia de Pescadores para confirmar se as mesmas são devidas e se a Colônia pode limitar o pagamento do benefício social.	Instituto Peabiru	Fortalecer os associados por meio da realização da oficina sobre Associativismo e Cooperativismo.
Assinatura do Seguro Defeso condicionada ao pagamento das taxas cobradas pela Colônia Z-26.	A diretoria limita a assinatura do Requerimento do Seguro Defeso apenas aos associados que pagam as taxas cobradas pela organização.			
Mesma diretoria há 20 anos (Z-26)	Isso não tem conferido transparência na gestão, gerando descontentamento e dúvidas sobre diversos procedimentos (um deles é a cobrança de taxas).	Necessidade reuniões para discutir a modificação da diretoria. Porém, o assunto é delicado e ninguém da comunidade quis assumir a responsabilidade de estar à frente disso.	Instituto Peabiru	Levantar informações sobre como proceder perante a situação exposta e ainda, sobre necessidades de reforma do estatuto.
Documento do SPU não recebido por algumas famílias	É necessário ter o documento do SPU para receber o “Fomento Mulher”	Realizar um levantamento nas comunidades para identificar quem está na lista de RB e ainda não possui o documento o TAUS.	Divisão por comunidade: Japuira: Jacirema e Maria Odinéia/ Alto Urubuquara: Daniele e Edenilo/ Santo Antônio: Deusdeth e Rosivaldo (esposo dela)/ Aranaí: Falar com Seu Pedro/ Araraquara: Carmem Gleuze	Até o dia 15 de abril os responsáveis devem encaminhar o levantamento das famílias ao Instituto Peabiru, o qual buscará informações junto ao SPU e INCRA.

### 3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para desenvolver o projeto produtivo, foi apresentado o calendário agrícola construído com informações obtidas no DRP (figura 2). Foram ratificadas algumas informações sobre as atividades produtivas desenvolvidas, sendo ainda ressaltadas que o extrativismo do peixe e do açaí é as principais fontes de renda, seguido do camarão. Foi destacado que a entressafra do açaí coincide com o período do defeso. Neste período, as famílias consomem frango, carne e porco. O frango e o porco eles criam e a carne é comprada “fora”. Cosomem enlatados e embutidos.



	AÇAÍ	PEIXE	CAMARÃO	CRIAÇÃO	ROÇA
J	●	○	○	●	
F	●	○	○	●	
M	●	○	○	●	
A	●	○	○	●	
M	●	●	●	●	
J	●	●	●	●	
J	●	●	○	●	
A	●	●	○	●	
S	●	●	○	●	
O	●	●	○	●	
N	●	●	○	●	
D	●	●	○	●	

Figura 2: Calendário das atividades produtivas.

#### ✓ Açaí

Principal problema do açaí, segundo os extrativistas é a seca. Doença fitossanitária que afeta as árvores ocasionando a seca e a queda prematura dos frutos. Também foi destacada a presença de insetos, como a tataíra que ataca os extrativistas no momento da coleta dos cachos provocando

ferimentos na pele e o barbeiro, transmissor da Doença de Chagas, a ocorrência deste prejudica a comercialização, conforme cita uma das assentadas.

*“Esse negócio de barbeiro só acontece quando eles [os marreteiros] querem diminuir o preço do açaí, quando o dono do açaí tá ganhando dinheiro aí inventam essa história!”. (Fátima – Assentada)*

#### ✓ **Peixe**

Segundo os participantes, o principal problema em relação à pesca na baía são os piratas, que levam desde os apetrechos de pesca ao pescado extraído. A frequência dos assaltos tem demandado que o número de pessoas por embarcação aumente, influenciando diretamente nos custos de manutenção dos pescadores no mar (alimentação, diária, etc), sendo esta a medida preventiva adotada no PAE, visto que não há segurança pública.

Ainda sobre a pesca da baía, foi destacado que empresas de municípios vizinhos ao assentamento como Belém, Mosqueiro e o Distrito de Icoaraci, entram na área de pesca tradicional dos extrativistas usando redes de arraste, inclusive na época do defeso, conforme pode ser observado na fala a seguir.

*“O grande problema é que na época da piracema eles jogam a rede, aí o peixe não pode passar. Isso acontece aqui, nos rios. Aí não desova, aí o peixe não reproduz”. (Pedro – Assentado)*

Não obstante foi ressaltada a diminuição na quantidade de pescado nos rios, foi apontado que o Aracu e o Anujá são espécies raramente encontradas. Alguns relacionaram o problema à falta de educação ambiental, visto que muitos moradores da comunidade depositam lixo no rio. Segundo Marcela, assentada, “saiu esse negócio de bolsa verde, mas tem muita gente que recebe, mas não cuida do meio ambiente”.

#### ✓ **Camarão**

Em relação ao camarão, foi destacado que um dos problemas é a gradativa diminuição do tamanho ao longo dos anos, assim como a quantidade existente nos rios, os quais são associados ao

manejo (quantidade de matapis por família e o tipo utilizado) e ao depósito de lixo nos rios feito pelas famílias.

✓ **Criação de pequenos animais**

A maioria dos presentes na reunião eram mulheres. Estas informaram que a criação de galinha é muito comum e ajuda na segurança alimentar das famílias. Foi destacado que a EMATER, ofertou curso de criação de frango do tipo Caipirã, entretanto, o pacote tecnológico para manter a criação, inicialmente é muito oneroso e as famílias não conseguiram continuar a atividade, conforme foi citado por uma das assentadas, indicando que *“o problema é que eles fazem o curso, mas a gente tem que fazer o curso e ter as ajudas, porque tem que ter os remédios, os materiais e a gente não têm as condições pra manter”*.

Sobre a criação de pato foi destacado por uma moradora que:

*“Em casa também a gente cria caipira. Minha mãe que tentou criar pato, mas não deu muito certo. O pato come muito e muitas das vezes eles dão muita despesa. A minha mãe não quis mais.”* (Tamara – assentada).

Foram identificados os principais problemas destas atividades, no intuito de propor estratégias de intervenção com auxílio da assistência técnica, assim como, ações dos próprios usuários do recurso, conforme podem ser observados no quadro a seguir (quadro 2).

**Tabela 2:** Projeto de desenvolvimento das atividades produtivas.

	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Açaí	Seca do açaí	Afeta diretamente na produtividade das touceiras.	Identificar as causas do problema	Instituto Peabiru	Fazer uma pesquisa em instituições como EMBRAPA e EMATER sobre esta fitossociologia.
	Presença de insetos (barbeiro e tataíra).	Os insetos prejudicam os extrativistas durante a coleta (Tataíra) e os que o consomem (Barbeiro).	Buscar informações sobre técnicas de coleta alternativas de higienização e branqueamento (imersão em solução de hipoclorito)	Instituto Peabiru	Buscar informações sobre as técnicas na ADEPARA e repassar durante as visitas técnicas e/ou oficinas.
Peixe	Diminuição da quantidade de peixes.	Entrada de barcos de pesca com redes de arraste (pesca da baía).	Discutir acordos de pesca com as comunidades/assentamentos, Pastoral da Pesca e o poder público (ministério público, IBAMA, Guarda Costeira, etc)	Instituto Peabiru	Elaborar uma proposta de projeto para discutir a construção de um acordo de pesca <sup>4</sup> .
		Depósito de lixo nos rios afeta a reprodução das espécies.	Discutir sobre Educação Ambiental e possibilidades de destino para o lixo doméstico.	Instituto Peabiru	Oficina sobre Educação Ambiental

<sup>4</sup> O Instituto Peabiru entende a necessidade de se discutir acordos de pesca para a região do Marajó, entretanto, esta ação não será possível de ser realizada no âmbito do projeto de ATER, visto que não há tempo e nem orçamento suficiente para a mesma. Não obstante, a instituição está em busca de financiadores para elaboração de uma proposta de projeto.

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



Camarão	Diminuição do tamanho e da quantidade.	Uso de matapís com malha de tamanho inadequado.	Discutir sobre o manejo dos recursos naturais com as famílias extrativistas.	Instituto Peabiru e comunidade local.	Oficina de boas práticas produtivas, abordando a temática do manejo do camarão.
		Os extrativistas não respeitam o período do defeso do camarão.			
Criação de pequenos animais (galinha, suínos, patos, etc.)	Pacote tecnológico caro.	Necessidade de técnicas mais acessíveis às famílias	Identificar tecnologias alternativas desenvolvidas que estejam mais adaptadas à realidade local.	Instituto Peabiru	Oficinas de boas práticas produtivas.

### 3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Em relação à comercialização, foi destacado que os piratas atualmente é o que tem ocasionado mais dificuldade, entretanto, foram identificados os seguintes cenários em relação a comercialização do peixe, camarão e açaí, principais produtos extraídos pelas famílias.

- ✓ Peixe: o preço que o peixe é repassado ao atravessador é muito inferior ao que é vendido no Mercado do Ver-o-peso.
- ✓ Camarão: Há o mesmo problema com o preço que é vendido aos atravessadores. Algumas vezes falta comprador e há perda do produto.
- ✓ Açaí: a seca afeta também a comercialização, é o principal problema relacionado a comercialização, visto que sempre há demanda.

**Tabela 3:** Plano de desenvolvimento da comercialização.

PRODUTO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Açaí	Qualidade dos frutos	O problema da seca do açaí afeta diretamente na comercialização, tanto pelo aspecto dos frutos quanto pela diminuição da quantidade disponível para venda.	Identificar as causas do problema	Instituto Peabiru	Fazer uma pesquisa em instituições como EMBRAPA e EMATER sobre esta fitossanidade.
	Perda da produção				
Peixe e Camarão	Diferença no preço de comercialização.	Diferença significativa no valor de venda da produção. Quando a produção é vendida para as famílias do assentamento tem valor acima do que é passado ao atravessador.	Discutir sobre o problema	Produtores e atravessadores	Reunião entre as partes envolvidas.
			Apresentar experiências que tiveram êxito.	Instituto Peabiru	Intercambio com produtores de Curralinho.
			Identificar outros tipos de mercado.	Instituto Peabiru	Oficina de mercados institucionais e contatos com empresas que consomem o tipo de produção.



### 3.4. SITUAÇÕES OBSERVADAS

Tamara disse que a segurança fluvial não vem quando eles acionam. Segundo ela, esta segurança tem que fazer pelo menos uma ronda e eles não fazem. Dona Deusdeth disse que tentou registrar um boletim de ocorrência e disseram que tinha que ter testemunha e ela não conseguiu registrar. Houve que dissesse também que os policiais estão cobrando para prestar serviço.

## 4. AVALIAÇÃO DA OFICINA

Em relação à avaliação da atividade, esta foi considerada BOA por quase 100% dos presentes, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

*“Eu aprendi muito e lembrei coisas que já tinha esquecido”* (Matilde – Assentada).

*“Eu agradeço a equipe do Peabiru e a todos que vieram. Essa reunião é uma coisa muito importante pra gente e a gente tá junto, é tá unido. Isso daqui é uma responsabilidade muito grande pra gente.”* (Pedro – Assentado).

*“Eu achei bom, porque a gente tem que procurar uma reunião, assistir e aprender.”* (Fátima – Assentada).

**Figura 4:** Avaliação da atividade.

## 5. CONCLUSÃO

Em relação à organização social, foi observada a falta de representação dos pescadores pelas Colônias de Pescadores (Z-40 e Z-26), as mesmas só têm atuado para implementação do Seguro Defeso e emitir declarações, as quais os membros precisam pagar para ter acesso. Além disto, é evidente que os associados não têm clareza sobre a finalidade de determinadas taxas que pagam à mesma.

Ainda sobre organização social foi exposto, entretanto de maneira velada, um ciclo vicioso em relação à diretoria da Colônia de Pescadores Z-26, a qual tem as mesmas pessoas à frente da

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



organização há mais de 20 anos, as quais trocam apenas de cargo na diretoria. Sendo esta uma questão difícil de ser trabalhada no âmbito do projeto ATER.

No que diz respeito às dificuldades encontradas, é possível afirmar que a Segurança Pública é um fator que afeta desde a produção/extrativismo ao escoamento da produção, visto que é comum o roubo da produção do açaí das áreas manejadas pelas famílias, dos apetrechos de pesca, embarcações, além do dinheiro dos pescadores em situações de violência. Desta forma, para promover o desenvolvimento sustentável nesta região, há necessidade primeiramente de se garantir os direitos básicos como a segurança das famílias residentes, assim como, da instituição que presta serviço de assistência técnica as mesmas.